

PROJETO DE LEI N. , DE 2011

(Do Senhor Pastor Marco Feliciano)

Dispõe sobre o acesso a sítios com conteúdo adulto na internet e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os sítios provedores de conteúdo na internet e em outras redes de computadores cujo acesso seja oferecido ao público em geral poderão oferecer conteúdo adulto, nos limites e condições estabelecidos nesta lei.

Art. 2º A disciplina do acesso a sítios com conteúdo adulto na internet e em outras redes de computadores destinadas ao uso do público tem os seguintes objetivos:

I - assegurar o direito de acesso à Internet a todos os cidadãos, resguardando o disposto nos arts. 71, 74 e 78 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

II – viabilizar o efetivo controle de acesso a conteúdos potencialmente deletérios para o desenvolvimento saudável e integral de crianças e adolescentes;

III – proteger crianças e adolescentes de tentativas de exploração sexual, de aliciamento de menores e de outros crimes previstos no Art. 241-D da Lei nº 8.069, de 1990, com a redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008, realizadas com uso da internet ou de outra rede destinada ao uso do público.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se sítio com conteúdo adulto qualquer página, disponível na internet ou em outra rede destinada ao uso do público, que publique e veicule conteúdos relacionados a erotismo, a pornografia, a práticas sexuais voltadas ao lazer e à diversão, a

promoção de sexo e a ofertas de produtos destinados a práticas sexuais, incluídas as individuais ou virtuais, inclusive imagens estáticas ou em movimento, áudios e texto.

Paragrafo único. O disposto nesse artigo não se aplica ao conteúdo sobre sexo e sexualidade destinados à educação sexual de crianças e adolescentes e a sítios de caráter comprovadamente científicos.

Art. 4º Todos os sítios com conteúdo adulto devem possuir cadastro junto à Polícia Federal onde, obrigatoriamente, constem:

I – os dados cadastrais da pessoa física ou jurídica titular do nome de domínio sob o qual o sítio é cadastrado;

II – os dados pessoais, o CPF e os dados de contato do administrador do conteúdo do sítio.

§ 1º No caso de sítio hospedado em portais ou outros ambientes de navegação, considera-se titular a pessoa física ou jurídica contratante do espaço reservado ao sítio.

§ 2º O titular do sítio deve comunicar o encerramento das atividades ou a desativação do sítio à Polícia Federal em até quinze dias após o ocorrido.

§ 3º O titular do sítio continuará por ele respondendo no período de até três anos contados a partir da data de sua comunicação à Polícia Federal.

Art. 5º Os sítios com conteúdo adulto na internet devem disponibilizar, em sua página inicial, obrigatoriamente,

I – o nome do sítio;

II – as informações para contato com o administrador do sítio;

III – o número do cadastro junto à Polícia Federal;

IV – as informações sobre o tipo de conteúdo oferecido e as advertências quanto ao público adolescente e infantil;

V – o cadastro a ser preenchido para que o internauta tenha acesso ao conteúdo do sítio.

Art. 6º O cadastro a que se refere o inciso V do Art. 5º desta lei deve conter, obrigatoriamente, o CPF, o nome, a data de nascimento e o endereço do internauta.

§ 1º O cadastro deve permanecer no banco de dados do sítio pelo período mínimo de três anos, período no qual o titular do sítio na Polícia Federal continuará a responder a partir da data de encerramento do sítio.

§ 2º Os dados contidos no cadastro são sigilosos, não podendo ser utilizados para qualquer fim que não seja o de investigação pela Polícia Federal e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de justiça.

§ 3º Qualquer tipo de divulgação de conteúdo adulto só poderá ser disponibilizada após a efetivação do cadastro do internauta.

Art. 7º Fica proibida a veiculação de propagandas, promoções e imagens de conteúdo adulto na página inicial do sítio.

Art. 8º O acesso ao sítio com conteúdo adulto só será permitido para maiores de 18 (dezoito) anos, sendo o controle do acesso responsabilidade dos sítios por meio do cadastro do internauta.

Art. 9º A infração a qualquer dispositivo desta Lei sujeita os responsáveis ao disposto no Art. 257 da Lei nº 8.069, de 1990 e demais dispositivos legais que sejam aplicáveis.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Dentre as maiores preocupações presentes nas agendas sociais atuais está a proteção à criança e ao adolescente, notadamente nas formas de garantir e promover um desenvolvimento integral e saudável a esta parcela potencialmente vulnerável da população.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) foi instituído com o objetivo principal de garantir a proteção da criança e do adolescente considerando, como disposto no Art. 6º, "(...) os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento". Ou seja, crianças e adolescentes são considerados pessoas em desenvolvimento, em vulnerabilidade por natureza, exigindo da sociedade não apenas a garantia de proteção atual, mas também da promoção de um desenvolvimento futuro saudável.

Para isso, o ECA, principalmente por meio dos Artigos 71, 74 e 78, extrapola os temas afetos à saúde física e relacional e adentra no âmbito da saúde psicológica e do adequado desenvolvimento da criança e do adolescente, enfatizando o caráter especial das fases iniciais do ciclo de vida, admitindo que determinados conteúdos informativos disponíveis na cultura são inapropriados para um desenvolvimento salutar, conforme observa-se a seguir.

Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços **que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.**

Art. 74. O poder público, através do órgão competente, **regulará as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.**

Art. 78. As revistas e publicações contendo **material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes** deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

Parágrafo único. As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca.

Há consenso na literatura, tanto da área psicológica quanto das neurociências e do campo da biologia, que a infância e a adolescência representam períodos de pleno desenvolvimento, havendo, portanto, uma série de etapas a serem completadas. A maturação de estruturas cerebrais, fundamentais para atividades do pensamento complexo, como abstração e a tomada de decisão, por exemplo, só ocorre ao final da adolescência, respeitando fatores e diferenças individuais. Também os contornos identitários e comportamentais estão extremamente flexíveis, o que torna toda a informação disponível potencialmente influenciadora.

A analogia do cérebro com uma “esponja” para com as informações é muito utilizada. Isso significa que quanto mais cuidado a sociedade tiver para com as informações que passa, mais cuidado ela terá com o desenvolvimento da identidade e do comportamento. Tão importante quanto o conteúdo informacional passado para a criança ou adolescente é a forma como é transmitido e o contexto no qual é realizado. Informações sobre educação sexual são salutares para o desenvolvimento infantil e adolescente, mas pornografia, imagens de mulheres como meros objetos sexuais e práticas sexuais violentas ou abusivas, por exemplo, podem ser comprometedoras do desenvolvimento saudável.

O projeto que ora oferecemos procura sanar: a possibilidade de crianças e adolescentes se depararem com conteúdos impróprios para o seu desenvolvimento saudável. Sítios de conteúdo voltado a adultos apresentam em suas páginas iniciais imagens com conteúdos pornográficos e muitas vezes violentos, oferta de produtos e serviços sexuais, entre outras publicações, estando acessíveis a qualquer criança ou adolescente que navegue pela internet. Em pesquisa na internet para tarefas escolares, por exemplo, com conteúdo de educação sexual, o adolescente pode se deparar com cenas de sexo violento, explícito, ou mesmo, como identificado em pesquisas recentes, com cenas de sexo com animais.

Diante disso, torna-se de extrema importância que, conforme já disciplinado pelo ECA para a exibição de programas, espetáculos, vídeos e filmes, seja disciplinado também o acesso a esse tipo de conteúdo para a internet. O projeto de lei em tela propõe que cada sítio seja responsável por exigir um cadastro para que internautas acessem os seus conteúdos. Assim, os conteúdos de cunho adulto, incluindo propagandas, imagens, textos e áudios, só poderão ser vistos por pessoas maiores de 18 anos, após o

preenchimento do cadastro. O projeto de lei busca ainda construir um cadastro dos responsáveis pelos sítios adultos na internet brasileira, como forma de coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes, o aliciamento de menores e facilitar a fiscalização e o monitoramento.

Em vista da importância da matéria para a saúde das nossas crianças e da crescente oferta de conteúdo inapropriado à sua idade e ao seu desenvolvimento, esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares, indispensável à discussão e aprovação da iniciativa.

Sala das Sessões, em de de 2011.

DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO